N.º 88 - 7 - SETEMBRO - 1974 - 5$00

Expresso

DIRECTOR: FRANCISCO PINTO BALSEMÃO — SEDE: RUA DUQUE DE PALMELA, 37-2.º DT.º TELEFONES 535968/9-572569 LISBOA

24 horas em notícia

Silva Cunha e Moreira Baptista: liberdade condicional

O GABINETE do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas informou que foram libertados os antigos ministros da Defesa e do Interior Silva Cunha e Moreira Baptista. Já na quinta-feira, constou que Moreira Baptista se encontrava em Lisboa, mas só ontem à noite foi dada confirmação oficial.

Afirma o comunicado do Estado Maior General que a libertação se deve a parecer das auditorias jurídicas militares, segundo as quais a detenção não se justificaria legalmente face aos factos já apurados. A libertação é condicionada e estabelece residência fixa em Lisboa, saída de casa sob controlo das Forças Armadas e proibição de actividades políticas. Os respectivos processos judiciais foram já enviados a Tribunal Militar.

Raul Roa em Lisboa

RAUL ROA, ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, chega amanhã a Lisboa, a convite do ministro dos Negócios Estrangeiros português.

Roa estará cerca de vinte e quatro horas em Portugal, sendo recebido pelo primeiro-ministro e pelos ministros sem pasta e tendo conversações com o seu colega português. Mário Soares não tiver ainda chegado de Lusaka, substitui-lo-á o secretário de Estado, Jorge Campinos). No domingo à noite, o ministro dos Negócios Estrangeiros cubano jantará no Tavares com Mário Soares, Jorge Campinos, Vítor Alves, Álvaro Cunhal, Magalhães Mota, Salgado Zenha, além do encarregado de negócios do seu país e de altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros português.

MDE/S: Plano de estudo

MDE/S tem vários economistas a estudar um modelo de desenvolvimento económico a longo prazo para Portugal, que deverá ser apresentado às autoridades governamentais. Para além dos técnicos portugueses com que conta neste momento o MDE/S trará ao nosso país economistas estrangeiros de renome mundial.

Da Shell para o B.I.P.

JOÃO LENCASTRE actual administrador da Shell em Portugal e o único administrador delegado português que aquela empresa teve no nosso país, vai para presidente do conselho de administração do B.I.P..

Em sua substituição a Shell contratou um admibistrador estrangeiro.

No B.I.P. João Lencastre irá substituir Jorge de Brito, principal accionista e fundador do Banco.

Ministério do Trabalho prepara subsídio de desemprego

O MINISTRO DO TRABALHO, capitão Costa Martins, apresentará em breve ao Conselho de Ministros um projecto de decreto-lei, elaborado pelos serviços do seu Ministério, no qual se prevê a criação de um subsídio de desemprego.

Se o diploma for aprovado, beneficiarão do subsídio todos os desempregados que se inscrevam no Serviço Nacional de Emprego, exibindo a sua carteira profissional. Em princípio, o montante do subsídio de desemprego será fixo, por se entender que as despesas decorrentes do agregado familiar devem ser custeadas pela Previdência, através do abono de família. O subsídio não será atribuído (ou só-lo-á com reduções) aos desempregados que se prove terem rendimentos próprios.

Para financiar esta operação, conta o Ministério do Trabalho poder passar a administrar as verbas do Fundo do Desemprego. Encontram-se estas afectas, há anos, ao antigo Ministério das Obras Públicas (actual Ministério do Equipamento Social) que as tem utilizado em diversas actividades incluídas nas suas atribuições, embora sem sempre directamente relacionadas com a criação de emprego.

80 000 desempregados

Como as receitas do Fundo de Desemprego atingem os 3 milhões de contos anuais, é de admitir que o subsídio de desemprego seja fixado um pouco abaixo dos dois contos mensais. Na verdade, fonte fidedigna do Ministério da Economia informa-nos que o total actual de desempregados andará à roda dos 80 000, incluindo os que procuram o seu primeiro emprego. Embora, como o mesmo informador, aliás acentuou, a determinação rigorosa do número de desempregados seja impossível em Portugal, neste momento, por falta de estatísticas organizadas, os 80 000 referidos poderiam ainda, num cálculo evidentemente simplista, aumentar 50% e ser suportado pelas receitas do Fundo de Desemprego. De notar que as verbas do Fundo de Desemprego. De notar que as Verbas do Fundo de Desemprego se destinarão também a custear as despesas relativas aos respectivos serviços, à formação profissional e à promoção de empregos.

O projecto de diploma estabelece sanções para os desempregados que injustificadamente não aceitem colocações compatíveis com as suas habilitações determinadas pelo Serviço Nacional de Emprego.

Três meses depois: a estratégia (confusa) da direita portuguesa pág. 2

Angola: • Rosa Coutinho fala ao EXPRESSO sobre a actual situação política pág. 4 • Na maré magna da descolonização vêm à tona as terceiras forças pág. 17

Os bispos de Moçambique dispostos a renunciar em bloco em prol de bispos africanos pág. 6

Quanto custa a nacionalização dos bancos emissores? pág. 13

Conflitos de trabalho alastram no Alentejo págs. 20 e 21

Na Inglaterra o golpe de Estado fascina os oficiais reformados? pág. 8

A economia nacional em conjuntura depressiva pág. 15

Chile um ano depois pág. 7

Independência de Moçambique para 25 de Junho

SEGUNDO o protocolo que será assinado em Lusaka por representantes da Frelimo e do Governo português, Moçambique será independente em 25 de Junho de 1975. Nessa altura, o povo moçambicano escolherá livre (e democraticamente) as instituições por que se há-de reger o seu destino. Entretanto, o Presidente da República portuguesa designará para Moçambique um Alto Comissário, cujos poderes consistirão essencialmente na possibilidade de recusa de promulgação de diplomas emanados do Governo Provisório Moçambicano. Este, que orientará a política de Moçambique durante os próximos dez meses, será presidido por um elemento da Frelimo.

Dois terços dos ministros serão igualmente da Frelimo e o terço restante será preenchido por elementos portugueses. Nesse Governo Provisório, não existirão as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Defesa.

No plano militar, será criada uma comissão mista, constituída metade por elementos da Frelimo e a outra metade por elementos das Forças Armadas Portuguesas. Para exercer o cargo de Alto Comissário, fala-se no nome do Comandante Vítor Crespo, um dos sete conselheiros de Estado, representantes do MFA.

É curioso assinalar que, há quinze dias, no seu número de 24 de Agosto, o EXPRESSO anunciara para Moçambique solução muito semelhante à atrás referida.

O povo com a Frelimo e distúrbios da reacção

LOURENÇO MARQUES (DO NOSSO CORRESPONDENTE Areosa Pena) — O povo moçambicano demonstrou de forma inequívoca a sua adesão em massa à FRELIMO que se deslocou a Lusaka para as negociações decisivas com a delegação portuguesa. Nos distritos do sul, em Gaza e em Lourenço Marques, a paralização total do trabalho prolongou-se durante três dias até ao anúncio do acordo total consumado na capital da Zâmbia entre as delegações portuguesa e da FRELIMO. Entretanto, a reacção tem desencadeado provocações sucessivas, visando criar a generalização de distúrbios até aqui bem localizados.

Durante o dia de quinta-feira, paralizaram todos os sectores públicos e privados de produção com excepção dos serviços de reconhecida urgência. Ao comício do Estádio da Machava (ex-Salazar) compareceram entre 60 000 e 70 000 pessoas (desafiando a chuva que cala interrupta sobre o local. Cantando hinos e cânticos revolucionários a multidão delirou de emoção quando um popular a poder de pulso trepou ao mastro mais alto do Estádio e desfraldou no seu topo a bandeira da FRELIMO.

Enquanto isto se passava, a reacção fez com que pequenos grupos de 20 a 30 indivíduos partissem montras e espancassem pessoas que não quiseram aderir à greve. O incidente mais grave deu-se quando um capataz branco puxou de uma pistola contra um grupo que foi à sua oficina exigir que cessasse as actividades. Foi desarmado, espancado gravemente vindo a falecer no hospital. A Polícia acorreu a estes locais, dispersando os grupos que actuaram durante a parte da manhã. Entretanto, pela tarde ocorreram os incidentes mais espectaculares desencadeados apenas por uma escassa trintena de brancos.

Um carro Fiat que cruzava a maior artéria da baixa, com a bandeira da FRELIMO desfraldada, foi interceptado por populares brancos que arrancaram os seus ocupantes e os feriram. Um deles, conseguiu-se meter outra vez no carro e dirigir-se ao "Notícias" para narrar o acontecimento. Foi perseguido, pois a distância era irrisória e a sua adesão em massa à FRELIMO que se deslocou a Lusaka para as negociações decisivas com a delegação portuguesa. Nos distritos do sul, em Gaza e em Lourenço Marques, a paralização total do trabalho prolongou-se durante três dias até ao anúncio do acordo total consumado na capital da Zâmbia entre as delegações portuguesa e da FRELIMO. Entretanto, a reacção tem desencadeado provocações sucessivas, visando criar a generalização de distúrbios até aqui bem localizados.

Durante o dia de quinta-feira, paralizaram todos os sectores públicos e privados de produção com excepção dos serviços de reconhecida urgência. Ao comício do Estádio da Machava (ex-Salazar) compareceram entre 60 000 e 70 000 pessoas (desafiando a chuva que cala interrupta sobre o local. Cantando hinos e cânticos revolucionários a multidão delirou de emoção quando um popular a poder de pulso trepou ao mastro mais alto do Estádio e desfraldou no seu topo a bandeira da FRELIMO.

Enquanto isto se passava, a reacção fez com que pequenos grupos de 20 a 30 indivíduos partissem montras e espancassem pessoas que não quiseram aderir à greve. O incidente mais grave deu-se quando um capataz branco puxou de uma pistola contra um grupo que foi à sua oficina exigir que cessasse as actividades. Foi desarmado, espancado gravemente vindo a falecer no hospital. A Polícia acorreu a estes locais, dispersando os grupos que actuaram durante a parte da manhã. Entretanto, pela tarde ocorreram os incidentes mais espectaculares desencadeados apenas por uma escassa trintena de brancos.

Um carro Fiat que cruzava a maior artéria da baixa, com a bandeira da FRELIMO desfraldada, foi interceptado por populares brancos que arrancaram os seus ocupantes e os feriram. Um deles, conseguiu-se meter outra vez no carro e dirigir-se ao "Notícias" para narrar o acontecimento. Foi perseguido, pois a distância era apenas de um quarteirão, e viraram-lhe o carro abandonado à porta do edifício onde funcionam os jornais "Notícias" e "Tribuna". O grupo de brancos liderado por um ex-polícia que fora expulso da corporação, virou ainda carros do "Notícias" e do "Tribuna". Depois, munindo-se de pedras, estilhaçaram todos os vidros da fachada do "Notícias". O pessoal da redação e das oficinas, empunhando barras de chumbo, aguardou a invasão dos agitadores que não se verificou.

No entanto, apesar de ter sido solicitada a sua intervenção pelo pessoal daqueles jornais, a PSP além de comparecer tardiamente no local dos incidentes, mostrou-se complacente com os agitadores. Só a chegada de elementos negros da Polícia, que intervieram de forma decidida impediu o agravamento da situação.

Os agitadores efectuaram em seguida uma incursão contra o R.C.M. e a revista "Tempo" onde provocaram novos desacatos, apedrejando as montras.

O facto de todos estes órgãos de Informação se caracterizarem por uma orientação progressista não foi evidentemente estranho à actuação dos provocadores. Por outro lado, a actuação equívoca da PSP não pode deixar de impor uma vigilância activa sobre as responsabilidades que pesam sobre os seus elementos neste conturbado momento da vida moçambicana.

Entretanto, devido aos acontecimentos verificados no dia anterior, o "Notícias" não se publicou ontem. A direcção, redacção e pessoal gráfico tomaram esta medida por considerarem que em clima emocional tão perturbado não seria possível ter o jornal a trabalhar. Novos incidentes se verificaram ao fim da noite de ontem provocados por 50 provocadores que voltaram a atacar as instalações do "Notícias". No entanto, a intervenção da Polícia de Choque dispersou os agitadores. Por outro lado, recrudeu o o Rádio Clube de Moçambique viesse a ser atacado, a Polícia Montada reforçou o sistema de segurança. Neste momento não o R. C.M. dá informações em português para todo o território. O "Notícias da Beira" sabe apenas a zona Centro e Norte e estava há dois dias em vias de ser obrigado a parar por falta de papel.

ONTEM, às onze da noite, em declaração especial ao nosso Correspondente, em Moçambique, a Delegação da Frelimo às conversações de Lusaka fez o seguinte apelo à população do seu país:

"O povo Moçambicano que esteja atento: amanhã às 11 horas o Presidente Samora Machel fará através dos microfones do R.C.M. uma comunicação histórica ao país. Não há mais razões para haver desânimos nem ansiedades. As manifestações e a paralização do trabalho que o povo levou a cabo em Moçambique durante as conversações tiveram enorme impacto em Lusaka".

Informação de última hora do nosso correspondente. Areosa Pena, indicava que agitadores procuravam criar um clima explosivo em Lourenço Marques, tendo um grupo pegado fogo à sede dos democratas de Moçambique, receando-se mais distúrbios durante a noite.

105 oficiais da Armada obrigados a passar à reserva

EM ORDEM do Estado Maior da Armada, de 2 de Setembro de 1974, foi publicada uma lista de 105 oficiais de diversas classes da Armada que devem passar à situação de reserva, de acordo com o Decreto-Lei n.º 309/74, de 8 de Julho passado, que instituiu o processo de saneamento nas F.A.. Os oficiais saneados correspondem a cerca de 10% do quadro permanente da Armada e pertencem às seguintes classes: Marinha; Engenheiros Construtores Navais; Engenheiros Maquinistas Navais; Administração Naval; Serviço Geral e Fuzileiros.

Por outro lado, sabe-se também que oficiais da mais alta patente — comodoros e almirantes — que não fazem parte da lista publicada, foram convidados a pedir voluntariamente a sua passagem à situação de reserva.

Entretanto, a oposição às medidas de saneamento não se fez esperar: na noite da passada quinta-feira, efectuou-se uma reunião de oficiais da Armada — a que estiveram presentes elementos saneados e outros que com eles se solidarizaram —, onde foi aprovada uma moção pedindo a suspensão da execução do decreto-lei (que institucionaliza o processo das passagens compulsivas à reserva) até que os atingidos pela medida possam ser ouvidos ou, pelo menos, tenham possibilidade de apresentar os seus depoimentos por escrito.

Compõem a lista de saneados das diversas classes e postos da Armada, 26 capitães de mar e guerra; 26 capitães de fragata; 23 capitães-tenentes; 17 primeiros-tenentes; 11 segundos-tenentes e 2 sub-tenentes.

1. Classe de Marinha

Capitães de Mar e Guerra: Daniel Farrajota Rocheta; Henrique Alexandre da Fonseca; Vasco António Martins Rodrigues; José Ferreira Braga de Pina Cabral; Fernando José Guerra Campo Toscano; José Luiz Ferreira Lamas; Virgílio Rodrigues da Cruz; Eurico Serradas Duarte; Joaquim Gorrocho Bouvida; Thomaz de Mello Breyner; Paulo Manuel Belmarço da Costa Santos; Manuel de Sousa Barbosa; José Manuel Gonçalves Pestana; Malhado; José Artiaga Barreiros; ManuelMateus da Cunha Chagas; Raúl de Sousa Machado; Joaquim Baptista Vieguas Soeiro de Brito; Olgário Baptista Borges; Alberto Ribas Lopes Praça; Armando António Pimentel Saraiva.

Capitães de Fragata: Joaquim Armando Cabeçadas da Silva Reis; Manuel Gonçalves Pinto; Rui Ricardo Silvestre Quartim; Carlos Benvindo dos Reis da Fonseca; Manuel Rocha Santos Prado; António Joaquim Goedes Soares; Eduardo Pombeiro Gomes Pereira; Nuno Henrique do Vale e Almeida Pinto; Silvano José Freitas Branco; Francisco Viriato Castro Guise; Eurico Botelho Neves; Rodolfo da Veiga Prata de Vasconcelos Castelo.

Capitães-Tenentes: Jorge Teles de Faria Correia Bastos; Jaime de Oliveira Leandro; João Carlos Sherman de Macedo Alvarenga; Hermínio José Pereira Nunes; AmIndio José Rosado; José Olias Maldonado; Manfredo Ventura da Costa Campos; Jorge Maria de Avilez Nunes Pereira; Virgílio Roma Pita Barros; Francisco José de Cabedo e Vasconcelos; Augusto Henrique Coelho Metzner; Eurico Fanha Neves da Costa; João Alexandre Neves Monteiro de Macedo; Pedro Manuel Barreira Pessoa Lopes.

1.ºs Tenentes: zalberto Eduardo Ricardo Gonçalves; Carlos Frederico Leal Loureiro de Sousa; António Joaquim dos Santos Silva Miguel; Manuel Augusto Faria Alves.

2. Tenente: Francisco José Pacheco da Silva Oliveira..

Classe de Engenheiros Construtores Navais:

Capitão de Mar e Guerra: Joaquim Carlos Esteves Cardoso.

Capitães de Fragata: Bernardino Faria Rodrigues Cadete; Manuel das Dores Pinto.

3. Classe de Engenheiros Maquinistas Navais

Capitães de Mar e Guerra: Humberto Jorge Gonçalves Vieira, Virgílio Agostinho Ferreira Mourão.

Capitães de Fragata: Carlos Dias de Meneses; Armindo Alves Rodrigues; António Manuel Pina Entrudo.

Capitães-Tenentes: Carlos Alves Rodrigues; João Alberto Pereira Tomás; Miguel Ferreira Sequeira Braga; José Augusto Neto; Carlos Manuel Sequeira Braga Pimentel.

1.ºs Tenentes: Teófilo Pires Tenreiro; António José Ferro Dias.

4. Classe de Administração Naval

Capitães de Mar e Guerra: Jorge Antunes; Artur Branco da Cunha; António Carlos Sousa da Fonseca.

Capitães de Fragata: António Gomes da Silva Cruz; Juvenal Martins Pereira de Carvalho; Angelo Bismark Soares de Melo; Flávio Lacomba; Armando dos Santos Serra.

Capitães-Tenentes: João Fernando Mendes Barata; Manuel Ferreira Pinhão.

1.ºs Tenentes: Alfredo José da Costa Cabral Ordório; Amadeu Cardoso Anaia; Helder Figueiredo de Almeida.

5. Classe do Serviço Geral

Capitães de Fragata: José Gonçalves; António Pereira Branco; António Marques Paulino.

Capitão-Tenente: Manuel Ferreira.

1.ºs Tenentes: Albertino Andrade; Renato Maria Assis; Carlos Alberto Fernandes Serra Gaspar; Manuel Pedrosa; Fernando do Carmo Aranha; Marciano de Jesus Guerreiro.

2.ºs Tenetes: Vítor Manuel de Sousa Diniz; Luís Abreu Pacheco; Manuel António Barreira dos Santos; Jaime Torres de Lima; Fernando Gama Brandão; Jerónimo António de Almeida Júnior; Jerónimo de Jesus; Francisco Estêvão do Carmo Oeiras; José do Nascimento Cabral; Manuel Margarido.

Subtenentes: Nabor Óscar dos Reis Santos; Mário Vaz Gil.

6. Classe de Fuzileiros

Capitão de Fragata: José de Almeida e Costa Cardoso Moniz.

Capitão Tenente: Humberto Jorge Santana

1.ºs Tenentes: Alfredo José Geraldes Malheiro Masseder; Adelino Carlos Mendes da Silva,

Continua pág. 16

O CHILE VENCERÁ! Foi a palavra de ordem no comício de apoio ao povo chileno realizado ontem à noite no Pavilhão dos Desportos. Estiveram presentes, além do Conselho Português para a Paz e Cooperação, o MDP, o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, MJT, Intersindical, PCP e a Comissão pró-UNEP. Estava ausente o Partido Socialista. Soubemos que este partido organizará, autonomamente, uma homenagem ao povo chileno, dentro de alguns dias. A terminar, foram lidas mensagens de Associação Portuguesa de Escritores, Comissão pró-UNEP e Intersindical. Encerrou o comício uma audição do disco "ALLENDE" de Eduardo Rojas.

Partidos e lei eleitoral pontos quentes do C. de Ministros

ENTRE OS PONTOS quentes da reunião de ontem do Conselho de Ministros, contam-se o projecto de lei referente à constituição de partidos políticos e a continuação da discussão do projecto de lei eleitoral.

Num caso e no outro é óbvio que haverá teses divergentes entre os membros do Governo acerca de alguns dos principais aspectos abordados pelos diplomas. Assim, no que toca à lei eleitoral, o problema da extensa lista de inidignidades cívicas, incapacitando determinadas categorias de cidadãos de serem eleitos e de votarem, e o modo de concessão do direito do voto aos emigrantes. Neste último caso, o facto de se saber que o projecto de lei eleitoral prevê que apenas poderão votar os emigrantes, recenseados através da sua freguesia de origem, que se encontrem em Portugal, começou já a provocar reacções contrárias de algumas das colónias de emigrantes portugueses no estrangeiro, nomeadamente nos Estados Unidos da América e no Canadá.

No que respeita à lei das associações sindicais, o seu debate foi mais uma vez adiado. Trata-se, como se sabe, de uma questão complexa, na medida em que, para garantir a efectiva liberdade sindical, será necessário encontrar uma solução que, evitando o monolitismo sindical, não provoque, na prática, a proliferação excessiva de sindicatos.

Entre outros assuntos contidos na agenda do Conselho de Ministros — sobre o qual, à hora a que fechamos esta edição, não tinha sido distribuído comunicado oficial — consta a apreciação de matérias relacionadas com o funcionalismo público.

Guiné-Bissau:

Só em Lisboa haverá cerimónia (com a presença de uma delegação do P.A.I.G.C.)

"NÃO HAVERÁ em Bissau qualquer cerimónia, no próximo dia 10, para comemorar o reconhecimento oficial da República da Guiné-Bissau" — disse-nos, ontem à tarde, pelo telefone, o brigadeiro Fabião, encarregado do Governo no território da Guiné.

"Tão-pouco se deslocarão a Bissau os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial" — acrescentou o brigadeiro Fabião". O Ministério dos Negócios Estrangeiros confirmou-nos estas notícias.

A viagem a Bissau, na próxima 2.ª-feira dos drs. Mário Soares e Almeida Santos fora, no entanto, oficialmente anunciada. A sua presença em território guinéu, representaria o Governo português e formalizaria o reconhecimento por Portugal da República da Guiné-Bissau. Fora igualmente anunciado que, além da cerimónia em Bissau, se realizariam outras em Lisboa e numa capital africana. Embora se avançassem também os nomes de Argel (por aí se ter efectuado a parte substancial das negociações), de Dakar (por o Senegal ter sido o primeiro país africano que reatou as relações diplomáticas com Portugal) e mesmo de Adis-Abbeba (onde a Organização da Unidade Africana tem a sua sede), havia fortes indícios de que "a capital africana" em causa seria Conakri, em virtude de o PAIGC desejar, de certo modo, compensar Sekou Touré pela ajuda prestada durante toda a guerra de libertação.

TROCA DE PRISIONEIROS

As alterações ao programa previsto significam que apenas se realizará a cerimónia em Lisboa, durante a qual, como é lógico, o Presidente da República, General António de Spínola, proclamará o reconhecimento da Guiné-Bissau e assinará o documento respectivo. A assinatura assistirão altas personalidades da República da Guiné-Bissau: Pedro Pires, V. Maria, Hassan Mané.

Entretanto, na Guiné-Bissau, processar-se-á, em Aldeia Formosa, na 2.ª-feira, dia 9, uma troca de prisioneiros de guerra, único acto — aliás, bem importante — que al assinalará o reconhecimento por Portugal.

O número dos prisioneiros portugueses em poder do PAICG que serão libertados pouco excede uma dezena. Entre eles existem alguns civs que teriam sido capturados durante incursões do PAIGC a aldeamentos.

Desde sempre foi preocupação do Exército Português o esclarecimento da situação dos prisioneiros de guerra, o que era feito através da Cruz Vermelha Internacional ou de países vizinhos. Depois do 25 de Abril e logo que iniciados os primeiros contactos com o PAIGC, o diálogo directo tornou possível a aceleração do processo de libertação destes homens.

A progressiva minimização por parte dos governantes da República da Guiné-Bissau, da importância e significado do reconhecimento português tem uma explicação lógica. Para o PAIGC, a República da Guiné-Bissau é independente há quase um ano, desde o momento em que foi proclamada em 23 de Setembro de 1973, em Madina do Boé. Será, portanto, esta data que, em 23 de Setembro de 1974, os dirigentes guinenses quererão comemorar festivamente, em conjugação provável com o seu pedido de admissão nas Nações Unidas.

10 SET 1974
DEP. LEG.